

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) MINISTRO(A) DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.**

C/C PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

NATÁLIA BASTOS BONAVIDES, brasileira, advogada, investida no cargo de deputada federal, inscrita sob o CPF/MF nº, RG nº, com endereço situado na Câmara dos Deputados localizada na Praça Três Poderes, Anexo IV, 7º Andar, Gabinete 748, Distrito Federal – CEP 70160-900, vem, respeitosamente, à presença de vossa excelência, por intermédio de seus advogados devidamente constituídos, apresentar

NOTÍCIA DE FATO

Em desfavor de, pelo menos, **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, brasileiro, casado, ex-militar, inscrito no CPF sob o nº 453.178.287-91, atualmente no exercício da Presidência da República, com endereço sito no Palácio do Planalto – Anexo I Ala B – Sala 107 - Praça dos Três Poderes – CEP 70.150-900; **ROBERTO FERREIRA DIAS**, brasileiro, Servidor Público, inscrito no CPF/MF 086.758.087-98, portador da Carteira de Identidade nº 152.991.800, para que sejam tomadas as providências para apuração sobre o cometimento de possível crime comum pelos agentes públicos em epígrafe, conforme os fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

Dos pedidos de propina na aquisição de vacina

Em meio a maior pandemia vivida em nosso século, o Governo Federal parece ter criado uma verdadeira Organização Criminosa disposta a negociações espúrias com a vida do povo brasileiro. Desde a semana passada, o Brasil assiste atônito ao surgimento de diversos indícios de que o governo de Jair Bolsonaro não só decidiu trabalhar a favor do vírus, boicotando todas as medidas de combate à pandemia, como também decidiu fazer dessa política uma forma de locupletar os cúmplices e os mandantes dessa política de morte.

Hoje, mais um indício forte indica a necessidade de apuração pelo sistema de justiça acerca dos contratos de vacinas firmados pelo governo Bolsonaro. Em uma entrevista à Folha de São Paulo, um representante da Davati Medical Supply, o Sr. Luiz Paulo Domingueti Pereira, revelou que, em um jantar no restaurante Vasto, no Brasília Shopping, no dia 25 de fevereiro, o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, o Sr. Roberto Ferreira Dias, pediu propina para fechar contrato de aquisição de vacinas com a empresa representada pelo entrevistado¹.

O representante da empresa tentava negociar a aquisição de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca pelo valor de US\$ 3,5 cada uma. Na entrevista, fica evidente a existência de uma Organização Criminosa que intermediou contratos de aquisição de vacina em meio a maior pandemia de nosso século. O Sr. Domingueti afirmou ao jornal que, no jantar, o Diretor de Logística do Ministério da Saúde afirmou que a contratação com o Governo Federal só ocorreria se a empresa estivesse disposta a participar de

¹ https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

um grupo que teria como hábito majorar o valor dos produtos ofertados ao Ministério.

Segundo a matéria do jornal, o Servidor Público do Governo Federal disse que o valor da vacina precisava ser majorado em um dólar para que o superfaturamento fosse revertido para os integrantes da Organização Criminosa, o mencionado grupo com o qual a empresa precisaria compor. Ainda segundo o jornal, essa oferta se deu um dia antes de o entrevistado ter um encontro constante na agenda oficial do Diretor de Logística no Ministério de Saúde.

As revelações contidas na entrevista da Folha de São Paulo corroboram os elementos indiciários já apresentados à CPI do Senado que investiga a condução do governo Federal da pandemia apontados em depoimento de Luis Cláudio Fernandes Miranda, Deputado Federal, e Luis Ricardo Fernandes Miranda, servidor do setor de Logística do Ministério da Saúde, ou seja, subordinado a um dos noticiados. No depoimento, o servidor do Ministério da Saúde disse ter ouvido falar que um fornecedor de vacinas recusou a realização de um negócio após a solicitação de propina por parte do representante do Governo Federal. Essa informação teria sido dita por um terceirizado do Ministério identificado como Rodrigo. Isso pode ser evidenciado nas notas taquigráficas abaixo:

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No diálogo diz o seguinte: Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina, disse que não assinaram porque...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixa eu chegar lá, então. Vamos lá? Podemos ler?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Porque aí eu cheguei aqui. Aí: "Ruim, maninho. O que não dá é pra

denunciar e ficar no anonimato". Ele não queria denunciar, porque ele sabia que cedo ou tarde o nome dele estaria aqui, como está agora.

Ele: "Ficar exposto, tudo o que falo é escrito e tenho que assinar", se ele for fazer uma denúncia, como servidor público.

Aí eu: "Diga para o delegado que está avisando, mas não quer ser exposto, tem que ser anônimo. E ele que investigue".

Aí ele: "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina disse que não assinaram porque os caras cobraram dele propina para assinar o contrato. Vou perguntar para ele se tem provas".

Aí, no meu tempo, ele me mandou: "Recebi mais uma ligação". Aí eu: "De quem?" "Do meu coordenador".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Deputado, só para esclarecer: quem é que diz que estava cobrando propina, quem é o seu outro interlocutor? O senhor está trocando mensagens...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu estou trocando com o meu irmão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com o seu irmão. Então, o seu irmão estava dizendo que estava cobrando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão falou assim: "Aquele rapaz que me procurou..."

[...]

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacinas", a pessoa falou para ele: "Tenho vacina", "diz que não assinaram porque os caras cobraram dele propina para assinar o contrato", os caras, ele fala, os caras...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É seu irmão que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão está escrevendo para mim isso, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o rapaz...

[...]

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Ministério estava sem vacina e um colega de trabalho, Rodrigo, servidor, me disse que tinha um rapaz que vendia vacina e que esse rapaz disse que os seus, alguns gestores, estavam pedindo propina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Qual rapaz?

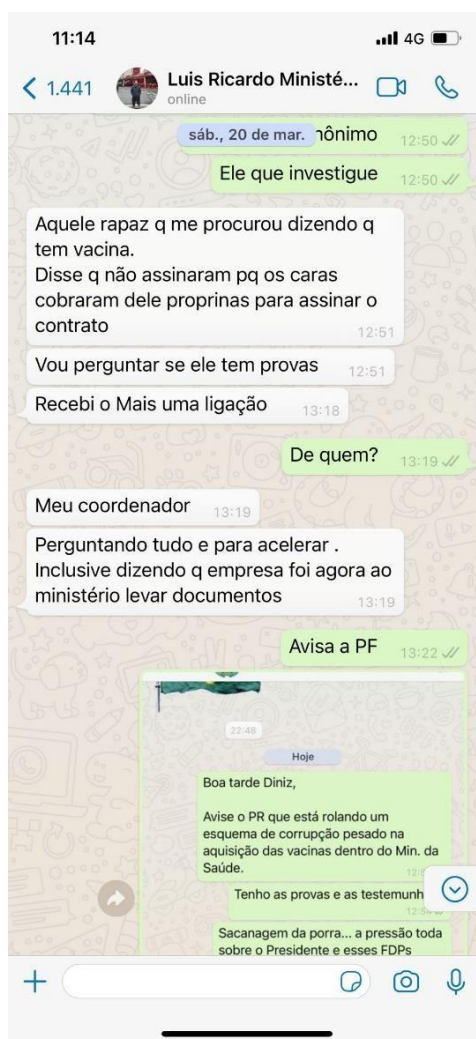
O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar. Fora do microfone.) – Qual rapaz?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Ele não citou o nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ricardo disse pra ele, o Ricardo...
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rodrigo, o Rodrigo disse pra ele que tinha.

À CPI, os irmãos Miranda entregaram *print* de uma conversa particular na qual o servidor do Ministério da Saúde relatava o caso:



Ou seja, temos ao menos duas pessoas que confirmaram ter havido cobrança de propina nas aquisições de vacinas pelo Ministério da Saúde: um servidor público que relatou à CPI, e um representante de uma empresa que afirmou em entrevista que recebeu a oferta para participar de uma Organização Criminosa cujo objetivo seria locupletar os sócios dessa política de morte do Governo Federal.

Se confirmando os indícios elencados nesta Notícia Crime, temos o cometimento de, pelo menos, os seguintes crimes: Associação Criminosa (art. 288 do CP); Corrupção Passiva (Art. 371 do CP); Advocacia Administrativa (art. 321 do CP). O rol de crimes pode ainda ser maior, bem como pode ter participado ainda mais agentes delitivos.

Importa ainda remorar que, conforme relato dos irmãos Miranda à CPI, quando o presidente da República foi informado da suspeita de algumas dessas irregularidades, Bolsonaro pareceu ter ciência do fato, afinal, segundo relato do deputado Luis Miranda, o presidente respondeu o seguinte: "Você sabe que ali é foda e tal. Se eu mexo nisso aí, você já viu a merda que vai dar, não é?". Como pode ser verificado nas notas taquigráficas:

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 20 de março, quando o senhor relatou, quando vocês relataram ao Presidente da República o que estava acontecendo no Ministério da Saúde, o senhor poderia detalhar o que o Presidente da República falou? Na percepção de vocês, o Presidente da República já tinha conhecimento ou tinha uma suspeita do que estava em curso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não. O que eu percebi do Presidente, sem querer proteger, ele demonstrou atenção no que estávamos falando, calado, atencioso aos papéis, aos documentos. Aí ele cita para mim assim: "Vocês sabem quem é, não é?" Assim: "Vocês têm..."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente fala isso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – "Você sabe que ali é foda e tal. Se eu mexo nisso aí, você já viu a merda que vai dar, não é?"

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É assim mesmo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aí ele falou assim: "Fulano... Vocês acham..." Tipo assim, para mim e para o meu irmão: "Vocês sabem quem é fulano, não é?". Eu já falei com o meu irmão também, e ele não lembra o nome. Então, em 513, para quem está fora do Parlamento, esse aqui não lembra mesmo.

Considerando a conduta mais branda que pode ter sido praticada pelo presidente da República no caso em tela, possivelmente podemos estar diante da prática de prevaricação (art. 319).

Por fim, a Constituição Federal atribuiu a Procuradoria da República as funções de: a) defender a ordem jurídica, o regime democrático e **os interesses sociais e individuais indisponíveis**; b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

É também papel dessa procuradoria a fiscalização do Poder Executivo federal para assegurar que os bens jurídicos protegidos por esta instituição sejam respeitados. Não por outra razão a Constituição Federal a ela atribuiu a titularidade da ação penal de crimes cometidos pelo Presidente da República e por Ministros de Estado. Desse modo, é essa Procuradoria que detém a legitimidade de propor ações penais para punir provável prevaricação do Presidente da República. Não existe outro legitimado para isso. Desse modo, o não exercício *a priori* desse papel pode deixar o país condenado a ser governado por delinquentes!

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que seja admitida a presente notícia de fato com a conseqüente intimação da Procuradoria-Geral da República para:

- a. Promover inquérito para apurar a prática de crimes de Associação Criminosa (art. 288 do CP); Corrupção Passiva (Art. 371 do CP); Advocacia Administrativa (art. 321 do CP) e/ou prevaricação (art. 319) pelos noticiados e por quem quer

que tenha contribuído com eles bem como oferecer denúncia para a devida responsabilização dos agentes, caso os fatos narrados sejam confirmados.

Nesses termos, aguarda deferimento.

Brasília, 29 de junho de 2021.

MAGNUS HENRY DA SILVA MARQUES
OAB/RN 13.191